

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 43.195 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 232.722 mil e Ativos Totais de R\$ 234.479 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social.

A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2019	2018
CIRCULANTE	131.279	86.798
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	9.217	86.798
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (Nota 6).....	122.062	-
NÃO CIRCULANTE	103.200	105.214
Realizável a Longo Prazo.....	4.509	4.318
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	4.509	4.318
IMOBILIZADO (Nota 7)	98.691	100.896
Propriedade para Investimento.....	126.986	126.986
Depreciação Acumulada.....	(28.295)	(26.090)
TOTAL	234.479	192.012

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	48.310	48.538
Receitas de Aluguel (Nota 7).....	48.310	48.538
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.071)	(4.154)
Despesas Tributárias (Nota 10).....	(1.771)	(1.773)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(95)	(176)
Depreciações (Nota 7).....	(2.205)	(2.205)
RESULTADOS FINANCEIROS	6.347	4.101
Receitas Financeiras (Nota 9).....	6.347	4.101
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	50.586	48.485
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(7.391)	(6.651)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	43.195	41.834
Número de ações.....	259.170.723	259.170.723
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	166,66	161,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	50.586	48.485
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	2.014	1.995
Depreciação.....	2.205	2.205
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(191)	(210)
Lucro Líquido Ajustado	52.600	50.480
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado.....	(122.062)	-
Redução/Aumento em Tributos a Compensar.....	(1.139)	(575)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações.....	(38)	34
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.545)	(6.012)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(77.184)	43.927
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(397)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(397)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927
Início do Exercício.....	86.798	42.871
Fim do Exercício.....	9.217	86.798
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com a prática contábil adotada no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seu ativo financeiro sob a categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.

A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesas que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.

Anualmente é realizada a avaliação de *impairment* para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Social	Legal	Estatutária	Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.200	23.726	30.575	-	-	148.501
Aumento de Capital.....	5.800	-	(5.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	41.834	41.834	41.834
Destinações - Reservas.....	-	2.092	39.345	(41.437)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(397)	(397)	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	25.818	64.120	-	-	189.938
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	43.195	43.195	43.195
Destinações - Reservas.....	-	2.159	40.625	(42.784)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(411)	(411)	(411)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	27.977	104.745	-	-	232.722

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

Eventos	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	43.195	41.834
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	43.195	41.834

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	4	5
Fundos de investimentos financeiros (2).....	9.213	86.793
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.217	86.798

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinadas a integrantes da Organização ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Títulos	Em 31 de dezembro				
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Certificado de depósito bancários - CDB (1).....	74.476	47.586	122.062	122.062	-
Total em 2019	74.476	47.586	122.062	122.062	-

(1) Refere-se a Certificado de Depósitos Bancários, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 99,50% e 101,25% do DI, com vencimento em 21/12/2020 e 02/12/2021.

7) IMOBILIZADO

Títulos	Em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento:					
Edificações.....	4%	119.117	(28.295)	90.822	750.680
Terenos.....	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2019	-	126.986	(28.295)	98.691	750.680
Total em 31 de dezembro de 2018	-	126.986	(26.090)	100.896	750.680

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14.653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engenbanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.205 (2018 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 48.310 (2018 - R\$ 48.538).

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ordinárias.....	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
	259.170.723	259.170.723
Total	259.170.723	259.170.723

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Reservas de lucros	132.722	89.938
- Reserva legal (1).....	27.977	25.818
- Reserva estatutária (2).....	104.745	64.120

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações feitas pela Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 19 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4